

# PS coloca mais de 70 questões a Albuquerque

ANDREIA DIAS FERRO  
aferro@dnoticias.pt

A relação entre o Governo Regional e determinados grupos económicos da Região, bem como a apontada cedência a pressões, na base das quais poderá estar a tomada de diversas decisões governativas, estão na base das cerca de 70 questões que o Partido Socialista endereçou a Miguel Albuquerque, no âmbito da comissão de inquérito sobre as “obras inventadas” e os favorecimentos do Governo Regional a grupos económicos.

Esta comissão, criada após polémicas declarações do ex-deputado Sérgio Marques ao DN-Lisboa, contará com a participação do presidente do Governo Regional, que apenas se mostrou disponível para responder a questões por escrito. Os socialistas criticam o facto de o presidente do Governo se escusar a dar explicações olhos nos olhos aos deputados democraticamente eleitos pelos madeirenses e deram já entrada, na Assembleia Legislativa da Madeira, a um conjunto de questões que pretendem que Albuquerque responda “com abertura e verdade, não passando a tarefa para os seus advogados de defesa”.

Entre as questões apresentadas estão acusações de Sérgio Marques sobre o seu afastamento do Governo, perguntando directamente se alguma vez Avelino Farinha e Luís Miguel de Sousa exerceram sobre si algum tipo de pressão. O PS questiona que razões levaram Albuquerque a exonerar Sérgio Marques, Rui Gonçalves e Eduardo Jesus, se consultou alguém para esse efeito ou se essa foi uma decisão sua.

Por outro lado, os socialistas lembram a resolução de 2017, subscrita pelo então secretário regional Sérgio Marques, que reconhece o interesse estratégico para a economia regional na aplicação do regime de licenciamento nos Portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo, cuja anulação foi pedida pela Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, numa acção administrativa no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal. Recordam que, nessa sequência, foi publicado o decreto que exonerou os referidos secretários regionais e questionam, por isso, se há alguma relação entre este processo e a exoneração de Sérgio Marques. Querem também saber por que razão o Conselho de Governo optou por



Líder socialista aponta vários temas que merecem esclarecimentos por parte do executivo madeirense.

transigir com a OPM, se, em algum momento, Albuquerque considerou que estaria a contribuir para uma acusação de favorecimento à empresa e se o facto de esta exercer actividade desde 1991, sem que tenha sido lançado um qualquer procedimento contratual, afasta ou impede outros putativos interessados de fazê-lo.

## Concessões ‘na mira’

Outro dos assuntos que se encontra em foco nas questões socialistas dirigidas a Albuquerque são as concessões. Desde logo, uma pergunta sobre a concessão da exploração dos jogos de fortuna ou azar na Zona de Jogo do Funchal à ITI – Sociedade de Investimentos Turísticos na Ilha da Madeira, uma vez que o PS pretende aferir se as sucessivas prorrogações da concessão “afastam ou impedem outros putativos interessados dessa exploração”.

Os deputados socialistas solicitam também a Miguel Albuquerque que esclareça o que considera sobre a gestão pública que tem sido feita do Centro Internacional de Negócios. “Decorre inquérito em que se investigam factos susceptíveis de integrar a prática de crimes de prevaricação, corrupção e participação económica em negócio estando em causa factos relacionados com a adjudicação, por ajuste directo, pelo Governo Regional da Madeira da concessão da administração e exploração da Zona Franca da Madeira à SDM e uma eventual relação dessa adjudicação

## Socialistas já enviaram perguntas no âmbito da Comissão de Inquérito

com a venda, a um fundo imobiliário, de um conjunto de imóveis onde se encontra instalada uma unidade turística”, refere o partido liderado por Sérgio Gonçalves e que quer saber se até à presente data, Albuquerque teve alguma intervenção no referido inquérito.

Além disso, os socialistas pretendem esclarecimentos sobre a prorrogação, por mais 10 anos, à Porto Santo Line, do contrato de concessão do Serviço Público de Transporte Regular de Passageiros e Mercadorias por Via Marítima entre o Funchal e o Porto Santo. A questão surge tendo em conta que havia outras opções, designadamente a de lançamento de procedimento contratual “que salvaguardaria o princípio da concorrência”. O PS pergunta por que razão arredaram todas as possibilidades, excepto a de prorrogação do contrato, e se Albuquerque afastou e impediu outros putativos interessados.

## Calado no governo

Outro dos implicados nas questões dirigidas pelo PS-Madeira é Pedro Calado. Em causa está uma série de acordos extrajudiciais celebrados com empresas ou agrupamentos de empresas às quais foram adjudicadas empreitadas de obras públicas que tiveram por objecto o pagamento de indemnizações e/ou juros.

Os socialistas perguntam o que justifica que esta seja uma prática corrente e dão como exemplo o pagamento de mais de 55 milhões de

euros à AFAVIAS – empresa onde Pedro Calado foi administrador – noticiado em Março de 2017, poucos meses antes de este ser nomeado vice-presidente do Governo Regional (o que aconteceu em Outubro do mesmo ano). O PS quer saber se Pedro Calado esteve presente em alguma das reuniões travadas entre as partes com vista a pôr termo ao processo e quando é que Albuquerque tomou a decisão e o convidou para vice-presidente do executivo madeirense.

Outra das perguntas refere-se ao facto de Miguel Albuquerque ter afirmado, em entrevista ao Diário de Notícias de Lisboa, que ouviu os empresários. Ora, os socialistas pretendem perceber em que contexto isso acontece “que medidas adota para garantir que não existe risco de corrupção, infracções conexas e conflitos de interesses e se existe algum registo formal da ocorrência dessas reuniões e do teor das discussões aí travadas”.

Perante as declarações de Sérgio Marques de que “esta governação social-democrata acabou por levar a que se afirmassem quatro ou cinco grupos económicos, que acabaram por acumular muito poder”, o PS-M pede ao presidente do Governo que descreva as relações existentes entre as empresas e/ou agrupamentos de empresas e o Governo Regional e/ou os seus membros e pergunta se existem beneficiados da governação regional.

Quanto às “obras inventadas”, o PS-Madeira endereça questões sobre empreitadas que considera desnecessárias ou sem utilização, como o caso as mangas do Porto do Funchal, os investimentos do Penedo do Sono e da fábrica das algas no Porto Santo, o heliporto do Porto Moniz, o laboratório de veterinária ou a lagoa do Santo da Serra. Além disso, pergunta se a construção do teleférico no Curral das Freitas, a nova via de atravessamento horizontal da cidade do Funchal, a partir do “Dubai da Madeira”, e o prolongamento da Pontinha são uma prioridade para os madeirenses ou se esta é uma forma de “continuar a sustentar as empresas de construção”.

O interrogatório termina com uma pergunta a Miguel Albuquerque sobre se tem conhecimento da entrega de percentagens de empreitadas a Jaime Ramos, antigo secretário-geral do PPD/PSD, para financiar o partido.